

Carta aberta à comunidade: os fins e os meios da pós-graduação no Brasil

A luta entre a tradição e a inovação, que é o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, só pode prosseguir através da vitória permanente da inovação. Mas a inovação na cultura só é sustentada pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência de sua totalidade, tende à superação de seus próprios pressupostos naturais e vai no sentido da supressão de toda separação.

Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*

No dia 2 de agosto de 2018, a comunidade acadêmica recebeu uma nota aberta do Conselho Superior da CAPES direcionada ao Ministro da Educação a respeito das dificuldades orçamentárias decorrentes do teto de gastos imposto pela gestão do governo. Dessa dificuldade, a nota aponta três principais consequências dessa limitação no orçamento: i. a suspensão do pagamento a todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores; ii. a suspensão dos pagamentos de 105 mil bolsistas a partir de agosto de 2019, acarretando a interrupção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), assim como cessando o funcionamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB); e iii. o prejuízo à continuidade de praticamente todos os programas de fomento da Capes com destino ao exterior. Hoje, 9 de agosto, o CNPq divulgou carta aberta indicando também a possibilidade de cortes caso o orçamento para 2019 não seja revisto, e apontando a necessidade da ampliação do investimento em pesquisa, ciência e tecnologia.

Caso sejam efetivadas quaisquer das ocorrências supracitadas, confirma-se sobremaneira a devastação do ensino e da pesquisa no ensino superior do Brasil, já em curso há tempos, especialmente nas faculdades, institutos e departamentos que dependem exclusivamente de verbas governamentais. Desde a produção da graduação e do mestrado profissional ao pós-doutorado, a pesquisa e a inovação estão em cheque com a suspensão de pagamentos dessa natureza, já que docentes e discentes, bem como os procedimentos internos dos programas de pós-graduação dependem do pagamento das bolsas e de fomentos diversos.

Ademais, a partir da agravação da crise econômica e política em que se encontra o país, juntamente à instauração do teto de gastos pela PEC 241(55)/2016, o corte de verbas destinadas ao ensino superior atinge o andamento dos programas de pós-graduação em sua totalidade, pela diminuição considerável de bolsas destinadas ao corpo discente e da verba institucional que impossibilita ou dificulta a realização de eventos, publicações, bancas e afins, nas faculdades e departamentos do Brasil.

Lembramos que a CAPES foi criada em 1951 como uma espécie de campanha destinada ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, com a intenção de estimular a pós-graduação no Brasil, que ainda contava com poucos programas isolados e dependentes, sobretudo de investimento privado. Com a necessidade de modernização, em conjunto com a pressão do cenário internacional e a necessidade da internacionalização, com o crescimento urbano e com outras mudanças sociais de diversas naturezas, o Estado se viu forçado, também pelas necessidades de uma população crescente, a se atualizar e alterar seu funcionamento no que tangia o fomento de pesquisa e inovação em âmbito nacional. Isso resultou na criação de instituições como a CAPES, além do CNPq e da Fapesp, agências que foram fundamentais não somente para o crescimento das universidades e do ensino superior no Brasil, mas também para o desenvolvimento intelectual da sociedade brasileira, modernizando o campo de trabalho e a vivência no país. Mesmo com diversos percalços de ordem política, social, acadêmica e mesmo global, o desenvolvimento produzido é inegável, estando necessariamente atrelado ao fomento à pesquisa.

Hoje, o custo anual das bolsas de pós-graduação da CAPES gira em torno de trezentos milhões de reais, enquanto outros gastos públicos (como auxílio moradia para juízes) chegam à casa dos bilhões. A necessidade de ampliação do investimento em pós-graduação é premente, mas é preciso, primeiro, garantir o mínimo de estabilidade para os pesquisadores, para que possam não só gozar de condições dignas de sobrevivência, mas também permanecer no Brasil após o término de sua pesquisa, retribuindo efetivamente à sociedade a verba a eles direcionada. Contudo, as práticas governamentais não visam a manutenção e crescimento da intelectualidade e do meio acadêmico, que está constantemente sendo isolado do convívio com a sociedade, o que é agravado pelo processo de sucateamento que as universidades brasileiras têm sofrido. Ademais, as instituições de ensino superior são constantemente submetidas à avaliações opacas que tentam equalizar todas as produções acadêmicas, independentemente de sua natureza ou do tamanho das instituições nas quais elas se realizam. A Universidade Pública brasileira, que tem formado acadêmicos de relevância científica, tecnológica, política e socioeconômica nacional e internacional, também tem vislumbrado um processo de desmonte dos seus meios de produção e de acesso, já que a suspensão das bolsas e a ameaça de tornar os programas pagos dificultam consideravelmente o acesso de grande parcela da população à pós-graduação, assim como ao direito de continuar seus estudos e de participar na produção intelectual do país. Ainda, o prenúncio dessa medida indica a queda da qualidade do que é produzido no meio acadêmico, sob a necessidade do pesquisador buscar outras formas de se manter financeiramente, diminuindo consideravelmente sua dedicação à pesquisa e favorecendo a privatização.

Os estudantes de graduação e de pós-graduação assinam esta carta aberta como um apelo de proteção ao acesso universal à pesquisa de alto nível e convocam a comunidade para a construção coletiva da resistência contra a destruição da soberania do ensino e pesquisa no ensino superior no Brasil, particularmente o que se dá nas instituições públicas. Ressaltamos, ainda, que a partir deste ano (2018) todos os programas de pós-graduação do IEL contemplam reserva de vagas para negros e estamos caminhando para que todos também tenham reserva de vagas para indígenas. Dessarte, não podemos pensar uma universidade democrática se não garantimos formas mínimas de permanência aos discentes. Também não é possível ampliarmos o acesso da sociedade à educação de qualidade em todos os níveis se não há investimento e planejamento público direcionados a esse fim. É preciso resistir e lutar pelo futuro da ciência em nosso país, que não pode ser reservada apenas àqueles que dispõem de investimento privado, mas que deve ser vista como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Ass.

Representantes Discentes do Instituto de Estudos da Linguagem — Universidade Estadual de Campinas